

BOLETIM 244

Brasília, 8 de novembro de 2016

Relator nega fim da obrigatoriedade da contribuição sindical no Senado

O senador Paulo Paim (PT-RS) (foto), relator da PEC 36/13, que extingue a obrigatoriedade da contribuição sindical devida pelos trabalhadores aos sindicatos laborais se posicionou contrário à proposta. A matéria está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça. O autor da PEC é o senador licenciado Blairo Maggi (PT-MT).

A proposta tem por objetivo retirar do inciso IV do artigo 8º da Constituição, que trata de contribuição sindical, a expressão “independentemente da contribuição prevista em lei”.

Assim sendo, a proposta acaba com o caráter compulsório da contribuição que custeia os sindicatos ao estabelecer a necessidade de assembleia geral para fixar a contribuição, que passa a ser negociada, e em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva.

“A extinção pura e simples da contribuição sindical obrigatória representaria enorme fragilização das entidades sindicais, especialmente as profissionais, e a maior concentração da representação das categorias econômicas o que



sufocaria também as empresas menores submetidas à vontade de poderosos grupos econômicos”, argumenta o relator.

E segue: “Antes de ser um ‘imposto’, é contrapartida socialmente justa dos benefícios variados que as entidades sindicais prestam, não apenas aos sindicalizados, mas a todos os integrantes da categoria, tais como assistência jurídica, médica, odontológica, creches, colônia de férias, convênios, dentre tantos outros.”

“Constitui instrumento material de fortalecimento da estrutura sindical em ambos os campos, quer profissional ou econômico, indispensável para a elevação do nível de consciência e participação independente dos trabalhadores e dos próprios empresários articulados em torno de sua pauta de reivindicações”, arremata.

Audiência pública

Os senadores Paim e José Medeiros (PSD-MT) propuseram a realização de audiência pública para instruir a proposta na CCJ. Ainda não há data prevista para realização do debate na comissão.

Fonte: DIAP



Senado pode votar PEC dos Gastos e reforma política esta semana

As discussões em torno das propostas de emenda à Constituição (PEC) que estipulam um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos (PEC 55) e da reforma política (PEC 36) serão os assuntos mais importantes em pauta no Senado nesta semana. As votações, uma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e outra no plenário, ocorrerão na próxima quarta-feira (9), conforme cronograma definido pelo presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), em acordo com lideranças partidárias.

A PEC do Teto de Gastos teve parecer pela aprovação sem emendas apresentado na última terça-feira (1º) pelo relator, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), na CCJ do Senado. O relatório está sob vista coletiva e será discutido em audiência pública nesta terça-feira (8), quando serão ouvidos dois especialistas convidados pela oposição e dois pelos governistas. Na quarta-feira, a comissão deve discutir e votar a PEC.

Já a PEC da Reforma Política (PEC 36), de autoria dos senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES), deve ser o único tema apreciado pelo plenário do Senado na quarta-feira. A proposta estabelece o fim das coligações partidárias e da cláusula de barreira para os partidos políticos terem acesso a tempo de televisão e rádio.

A PEC 36 é a primeira proposição relacionada à reforma política a ser apreciada pelo Congresso Nacional após o acordo entre os

presidentes da Câmara e do Senado para um novo esforço no sentido de fazer a reforma.

Outros projetos - Antes desses temas, no entanto, o Senado já estará movimentado pela apresentação, na terça-feira, do projeto de lei para abertura de novo prazo para a repatriação de recursos não declarados enviados ao exterior por brasileiros.

O projeto será apresentado pelo presidente Renan Calheiros, que disse ter discutido a reabertura do prazo com o presidente da República, Michel Temer. Eles esperam aumentar a arrecadação com a repatriação, que ficou em R\$ 60 bilhões referentes aos que aderiram dentro do último prazo estabelecido, encerrado no dia 31 de outubro.

Também na terça-feira, o plenário do Senado deverá analisar e votar o projeto de lei que altera algumas regras sobre audiências de custódia de presos. Uma das regras estabelecidas pelo texto prevê que, após preso em flagrante, o indivíduo deverá ser conduzido à presença de um juiz em até 24 horas, assistido por advogado ou defensor público.

Se houver impossibilidade de que o juiz realize a audiência dentro do prazo, o delegado deverá recolher um recibo do servidor da Justiça e comunicar imediatamente ao Ministério Público, à Defensoria Pública e, se for o caso, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Fonte: Agência Brasil

PEC dos gastos públicos é “cortar na própria carne”, diz Temer

O presidente Michel Temer afirmou que a PEC 55, que estabelece um teto para os gastos públicos representa “cortar na própria carne”. A proposta já foi aprovada na Câmara e será votada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado nesta quarta-feira.

Para Temer, restringir os gastos pode gerar impopularidade, mas é necessário para o futuro do país.

O relator da PEC, senador Eunício Oliveira, do PMDB, acatou, na íntegra, o texto aprovado na Câmara. Depois da CCJ, a PEC do Teto de Gastos segue para votação em plenário, no dia 29 em primeiro turno e no dia 13 de dezembro em segundo turno. Nesta terça-feira, uma audiência pública vai discutir o assunto com os senadores.

Fonte: Agência BRASIL

Cesta básica está mais barata em 14 capitais

O custo da cesta básica está menor em 14 das 27 capitais brasileiras. Entre as cidades que tiveram quedas mais expressivas estão Brasília (-5,44%), Teresina (-1,77%), Palmas (-1,76%) e Salvador (-1,66%). Houve alta em 13 capitais, sendo Florianópolis (5,85%), Vitória (3,19%), Porto Velho (2,18%) e Maceió (2,12%) os destaques.



De acordo com a pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a cesta mais cara foi a de Porto Alegre (R\$ 478,07), seguida de Florianópolis (R\$ 475,32) e São Paulo (R\$ 469,55). Os menores valores médios foram observados em Natal (R\$ 366,90) e Recife (R\$ 373,66).

Entre janeiro e outubro deste ano, todas as cidades acumularam alta, sendo as mais relevantes em Maceió (24,25%), Aracaju (23,69%), Rio Branco (21,99%) e Fortaleza (21,21%). Os menores aumentos ocorreram em Brasília (9,58%), Curitiba (10,52%) e Macapá (10,99%).

Entre os tipos de alimento, houve alta no preço da carne bovina de primeira, da manteiga, do açúcar, do tomate e do café em pó. O feijão e o leite tiveram o valor reduzido na maior parte das cidades.

Segundo o estudo, o salário mínimo ideal para a manutenção de uma família de quatro pessoas em outubro deveria ser R\$ 4.016,27, ou 4,56 vezes o mínimo vigente de R\$ 880. Em setembro, o mínimo necessário correspondeu a R\$ 4.013,08.

Fonte: Agência Brasil



Palestra debaterá futuro da previdência social

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDES) da Câmara dos Deputados promove, na quinta-feira (10), uma palestra com o tema "Impactos do envelhecimento na previdência e a necessidade de reformas". O convidado é doutor em Ciência Política pelo IUPERJ e pelo UCSA (Estados Unidos) Paulo Tafner.

O evento busca dar maior profundidade ao estudo "Brasil 2050 - os desafios de uma nação que envelhece", que vem sendo realizado no Cedes com a relatoria da deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) e apoio da Consultoria Legislativa.

Paulo Tafner lançou o livro "Demografia - A ameaça invisível", que trata da previdência social brasileira. A obra é resultado de anos de reflexão acerca da questão previdenciária e apresenta uma proposta de reforma radical para quem ainda vai entrar no mercado de trabalho, com regras únicas para todos trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos e militares.

Segundo Tafner, a reforma deve ser feita nesse momento para não transferir para as gerações futuras responsabilidades com as quais não poderão arcar. As projeções apontam que em 2050 chegaremos a 128 milhões de brasileiros com idade entre 15 e 59 anos e uma população de idosos de 66,5 milhões. O número de idosos será 3,4 vezes maior do que era em 2010. E teremos 3,6 milhões com 90 anos e mais de 300 mil centenários.

Fonte: Agência Câmara

Maia defende urgência para projeto sobre revisão de benefícios do INSS

O presidente Rodrigo Maia defendeu nesta manhã a aprovação do regime de urgência regimental pelo Plenário da Câmara do projeto que estabelece a revisão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez (PL 6427/16). A proposta estava prevista na Medida Provisória (MP) 739/16, encaminhada pelo Executivo, e perdeu a vigência no dia 4 de novembro.

Maia destacou que, mesmo tramitando em regime de urgência constitucional, que tranca a pauta do Plenário após 45 dias de sua edição, pretende votar a urgência regimental da matéria pelo Plenário nesta terça-feira (8), para que o texto seja apreciado já na quarta-feira (9).

O objetivo da aprovação da urgência regimental é para agilizar o trâmite da proposta e permitir que o texto seja votado pela Casa independente de prazos e apresentação de relatório em comissão. De acordo com o Regimento Interno da Câmara, a também chamada "urgência urgentíssima", se aprovada em matéria com urgência constitucional, tranca a pauta do Plenário.

Economia - Segundo Rodrigo Maia, a urgência regimental é importante porque as mudanças nas regras desses benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem gerar uma economia de aproximadamente R\$ 8 bilhões no próximo ano.

"Nós sabemos, como o governo também sabe, que é uma matéria relevante e urgente. Por isso o governo encaminhou o projeto já com

urgência constitucional. Amanhã os líderes da base vão apresentar a urgência, para que o texto possa entrar na pauta antes do prazo da urgência constitucional pedida pelo governo", explicou.

Dez medidas - Questionado por jornalistas sobre a proposta que criminaliza o caixa dois eleitoral, prevista nas dez medidas de combate à corrupção (PL 4850/16), Maia afirmou que esta será uma decisão do Plenário.

"Os mais de 2 milhões de brasileiros que apoiaram o projeto de lei colocaram a criminalização do caixa dois em debate. Devemos debater essa matéria como todos os outros nove pontos", disse. Segundo ele, a maioria formada em Plenário tomará uma decisão. "A maioria tem que se colocar e ver qual texto quer aprovar", continuou.

"É preciso discutir a prova ilícita de boa-fé, que recebeu muitas críticas. Nas mudanças no habeas corpus, há muitos ministros do Supremo que estão preocupados. Muitos temas que são positivos e outros que são polêmicos", avaliou.

Votações - Rodrigo Maia também afirmou que pretende votar nesta semana os últimos destaques do projeto que altera as regras de exploração do pré-sal e a MP 742/16, que flexibiliza, em definitivo, o horário de veiculação do programa "A Voz do Brasil".

Em relação às alterações nas regras de recuperação de ativos no exterior (Lei 13.254/16), Maia afirmou que assim que o projeto for aprovado no Senado, deverá ser pautado na Câmara. Na semana passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a repatriação de recursos poderia ter rendido bem mais do que os R\$ 50,9 bilhões arrecadados e que apresentaria projeto reabrindo o prazo.

Fonte: Agência Câmara



Trabalhador que deixou de contribuir com INSS pode voltar a ter auxílio-doença

Os trabalhadores que deixaram de contribuir com a Previdência Social terão mais facilidade para obter benefícios como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade. Com a perda da validade da Medida Provisória (MP) 739, as regras antigas de concessão dos benefícios voltam a valer neste sábado (5).

Pela MP editada em julho, o trabalhador que deixou de pagar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e tinha perdido a qualidade de segurado tinha de contribuir com a Previdência Social por pelo menos 12 meses para ter direito ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez. Para o salário-maternidade, a exigência mínima eram dez contribuições. Agora, bastam quatro novas contribuições para ter acesso aos benefícios.

Em todos os casos, o trabalhador precisa quitar pelo menos 12 contribuições para ter direito ao benefício, somadas os pagamentos antigos e novos. O segurado perde direito à cobertura da Previdência Social quando fica de seis meses a três



anos sem pagar INSS, dependendo do tipo e do tempo de contribuição.

Nova perícia - Com a perda de validade da medida provisória, o trabalhador que teve o auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez rejeitada pode entrar novamente com um pedido de perícia. No entanto, é preciso esperar pelo menos 30 dias desde o laudo negativo do médico.

No caso do salário-maternidade, paga pelo patrão, a trabalhadora que tenha tido o pedido rejeitado deverá avisar o patrão, que precisará refazer o pedido no posto do INSS. Desde 2003, o empregador paga o salário-maternidade e abate o valor das contribuições patronais à Previdência.

Perda de validade - No início de julho, o governo editou uma medida provisória com um pente-fino nos benefícios de aposentadoria por invalidez, do auxílio-doença e do benefício de prestação continuada. A mesma MP determinava normas mais rígidas para a concessão de benefícios a segurados que tinham deixado de contribuir.

As novas regras vigoraram por 120 dias, mas perderam a validade sexta-feira (4) porque o texto não chegou a ser votado nem na Câmara nem no Senado.

A MP também autorizava o pagamento de um bônus aos médicos peritos do INSS para fazerem horas-extras e darem conta do fluxo de revisões. A perda de validade tornará mais lento o pente-fino nos benefícios porque o governo não poderá pagar o adicional aos médicos peritos enquanto não houver uma solução legislativa.

Pela legislação, o governo não pode editar duas medidas provisórias com o mesmo tema no mesmo ano. No entanto, em tese, pode editar uma MP com outro tema e incluir no texto o pagamento do adicional por perícia aos médicos do INSS.

Fonte: Portal EBC

Senado analisa dedução do IR do investimento da empresa na educação do trabalhador

As empresas poderão deduzir como despesa operacional, no cálculo do Imposto de Renda, os custos com a formação profissional de seus empregados, em cursos de nível médio e superior. Essa é uma das propostas a serem analisadas nesta quarta-feira (9), na reunião da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a partir de 9h30. A senadora Regina Sousa (PT-PI) defendeu a aprovação do PLC 68/2011. Para ela, o projeto combina os interesses dos trabalhadores com os dos empresários.

- Ninguém melhor do que esses atores sociais para avaliar as demandas e saber das necessidades da produção, estabelecendo os parâmetros da formação que será oferecida - explicou a relatora do projeto.

Também aguarda votação na CAS o projeto (PLC 5/2016) que prevê a cirurgia reparadora nas duas mamas - em caso de câncer de mama - mesmo que o tumor esteja restrito apenas a uma. O objetivo é garantir a simetria entre os seios. Todas as mulheres já têm direito legal à reconstrução mamária gratuita nos casos de mutilação total ou parcial decorrente de tratamento de câncer de mama.

A Comissão de Assuntos Sociais pode votar ainda o projeto que regulamenta a profissão de cuidador. De acordo com o PLC 11/2016, esse profissional deve ter ensino fundamental completo e curso de qualificação na área, além de idade



mínima de 18 anos, bons antecedentes criminais, e atestados de aptidão física e mental. O senador Elmano Ferrer (PTB-PI), relator do projeto, argumentou que as famílias precisam, cada vez mais, de auxílio de terceiros no cuidado com pacientes idosos ou com deficiência.

Fonte: Agência Senado

STF pode liberar terceirizações e desorganizar mercado de trabalho

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar, na próxima quarta-feira (9), ação que decidirá se é permitido ou não a terceirização nas atividades-fim das empresas. A Corte estabeleceu que a matéria terá repercussão geral, o que significa que a decisão que vier a ser adotada pelos ministros valerá para todas as instâncias do Poder Judiciário, em casos similares.

O tema será abordado no âmbito do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 713211, ajuizado pela Celulose Nipo Brasileira S/A (Cenibra). A multinacional japonesa questiona decisão da Justiça do Trabalho que, em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Guanhães e Região, em Minas Gerais, foi condenada a se abster de contratar terceiros para sua atividade-fim.

A Agência Sindical ouviu o jornalista Antônio Augusto de Queiroz (Toninho), analista político e diretor de Documentação do

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Ele adverte que, caso a empresa vença no STF, será o fim das relações trabalhistas e da CLT.

"Na prática, como se trata de uma decisão com repercussão geral, fica, em tese, liberada a contratação de terceirizados em qualquer atividade da empresa. Você pode ter empresa inclusive sem empregados diretos", aponta Toninho.

Fonte: Portal Vermelho

Trabalhadores têm dois meses para sacar Abono Salarial ano-base 2014

Mais de R\$ 872 milhões estão disponíveis na rede bancária e casas lotéricas para saque do Abono-Salarial do PIS/PASEP, ano-base 2014. São 948 mil trabalhadores que têm prazo até 30 de dezembro para retirar o benefício. Este prazo foi prorrogado pelo Ministério do Trabalho, por meio da Resolução nº 771/2016, de 28 de julho. A medida já beneficiou 256.797 pessoas que retiraram o dinheiro até 1º de novembro.

Balanco divulgado pelo Ministério demonstra que a grande maioria com direito a saque é formada por trabalhadores que têm direito ao PIS, num total de 758 mil pessoas, que podem retirar R\$ 688 milhões.

O saque disponível para o PASEP soma R\$ 184 milhões para 190 mil servidores públicos.

Consulta - Para saber se tem direito ao Abono, o trabalhador pode fazer a consulta pela internet, no endereço <http://trabalho.gov.br/abono-salarial/>. Basta



inserir o CPF ou o número do PIS/Pasep, com a data de nascimento. Nas agências bancárias é recomendado que o trabalhador, quando não conseguir sacar, solicite uma consulta a partir do seu CPF, a fim de sanar eventuais dúvidas na checagem nos dados.

Como sacar - Para sacar o Abono do PIS, o trabalhador que possuir Cartão Cidadão e senha cadastrada, pode se dirigir aos terminais de autoatendimento da Caixa, ou a uma Casa Lotérica. Se não tiver o Cartão Cidadão, pode receber o abono em qualquer agência da Caixa, mediante apresentação de documento de identificação. Informações podem ser obtidas pelo telefone 0800-726 02 07 da Caixa.

Direito - O Abono é um direito do trabalhador que está inscrito no PIS/Pasep por pelo menos cinco anos; tenha trabalhado no mínimo 30 dias em 2014, com remuneração mensal média de até dois salários mínimos. É importante ter os dados informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O recurso que não for sacado será devolvido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A Central de Atendimento Alô Trabalho do Ministério do Trabalho, que atende pelo número 158, também tem informações sobre o PIS/Pasep.

Fonte: MT

AGENDA PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA - MAZINHO

Participa, hoje, em São Paulo, de reunião com a Internacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM), juntamente com representantes da FETICOM-SP e sindicatos paulistas da construção e da madeira. Na pauta, entre outros assuntos, a questão do Pólo Cerâmico.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)